

CELORICO DE BASTO

(Fervença)

Fervença é uma freguesia do concelho de Celorico de Basto, distrito de Braga. A igreja de São Salvador dista cerca de 12 km da sede de concelho e localiza-se no Lugar do Assento. Sair de Celorico pela estrada M619 e seguir durante cerca de 6 km. Depois virar à esquerda para a estrada N101-4 e seguir durante um pouco mais de 4 km. Mais à frente virar novamente à esquerda para a rua de Fervença e a igreja encontra-se cerca de 1 km mais à frente.

A sua implantação é rural e isolada, no vale do ribeiro de Esporão, rodeada de campos de cultivo. Desde o período romano, esta freguesia de Fervença era local de passagem dos itinerários romanos, que continuaram a ser cruzados no período medieval.

D. Dinis, em 1310, deu esta povoação de Fervença a seu filho natural D. Afonso Sanches, senhor de Albuquerque, o qual a doou às freiras de Vila do Conde, em 1318.

A antiga freguesia de São Salvador de Fervença era vigairaria da apresentação do mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde e mais tarde passou a reitoria. A freguesia de Fervença foi também beneficiada pelo foral que D. Manuel concedeu a Celorico de Basto, em 29 de março de 1520.

Igreja do Divino Salvador

A IGREJA DE FERVENÇA era consagrada ao Divino Salvador. Do templo românico conserva-se apenas a cabeceira, as cruzes terminais das empenas e parte do aparelho da nave da igreja.

Nas Inquirições de 1220, levadas a cabo no reinado de D. Afonso II, é afirmado que a igreja não é de padroado régio, e que grande parte da propriedade era de senhores locais. O rei tinha aí meio casal e recebia a terça do pão



Perspetiva aérea a partir de noroeste



Perspetiva geral da igreja. Alçados leste e norte

e metade do vinho e recebia ainda outros direitos de herdadeiros. A igreja de Fervença tinha na freguesia diversas searas e 22 casais. Nas inquirições seguintes, realizadas em 1258, no reinado de D. Afonso III, são assinaladas irregularidades sobre a posse da igreja do Salvador. É referido um litígio entre um clérigo e D. Gil Vasques, rico-homem de Fervença, que se considerava familiar da dita igreja. O clérigo, recusando o pagamento dos foros exigidos pelo rico-homem, demandou a igreja e destruiu-a. A igreja de São Salvador tinha na freguesia três casais, recebidos por testamento. Tinha partes de outros bens em diversos lugares da freguesia. Na freguesia entrava o mordomo do rei, pagavam-lhe voz e calúnia, iam à troviscada e à chamada do castelo.

Por um documento de 10 de maio de 1310, D. Dinis doa a seu filho D. Afonso Sanches o direito de padroado e de apresentação da igreja de São Salvador de Fervença, no

arcebispado de Braga, bem como todos os outros direitos a ela associados. Para tal, o rei pede a D. Martinho, arcebispo de Braga, que dê o seu consentimento a tal doação. Pouco mais tarde, em 1318, D. Afonso Sanches doou o padroado da igreja de Fervença às Clarissas de Vila do Conde.

Segundo o Catálogo das igrejas, mosteiros e comendas, realizado por ordem de D. Dinis, com o objetivo de angariar fundos para financiar a Cruzada, em 1320-1321, a vigairaria de Fervença foi taxada na modesta quantia de 80 libras, e a igreja de Fervença é referida como sendo anexa ao mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde. Este mosteiro, juntamente com as reitorias das igrejas de São Vicente da Plaina, São Salvador da Fervença e a igreja de Alcoente, foi taxado em 1 500 libras. Esta doação às Clarissas de Vila do Conde da igreja de Fervença poderá explicar-se pela necessidade de realizar obras no mosteiro.

No fundo *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, encontram-se várias escrituras relativas a transações de casais e herdades na freguesia de Fervença, datadas dos séculos XIV e XV. De 1548 data o *Tombo dos Casais e herdades e coisas que pertencem à Igreja de São Salvador de Fervença*, atualmente no Arquivo Distrital de Braga.

Em 1726, Francisco Craesbeck, nas suas *Memorias Resuscitadas de Entre Douro e Minho*, afirma que dentro da igreja havia quatro sepulturas com letreiros. Uma na capela-mor, do vigário António Leite de Moraes, datada de 1698, outra fora do arco da capela-mor, de Francisco Dias Medeiros e herdeiros, outra em frente à porta travessa, de Dinis Pereira Leite e herdeiros, e outra junto dessa porta, de Domingos Leite e herdeiros, datada de 1658.

Em meados do século XVIII, as Memórias Paroquiais registam que esta igreja tinha apenas uma nave e quatro altares: um do Salvador, outro de Nossa Senhora do Rosário, outro de Santo António e outro das Almas. O pároco afirmava que da freguesia de Fervença "se descobrem sombras da villa de Amarante mas por razam dos montes se

nam vêm". Acrescentava que nos confins da freguesia de Arnoia existia um castelo antigo, mas cujos muros estavam arruinados. O castelo ainda existente era o de Celorico, "de que a villa velha tomou o nome a villa do castello hou a villa de Freixieiro por se mudar para o tal sitio".

A igreja permanecerá no domínio das freiras de Vila do Conde até finais do século XVIII.

A igreja de Fervença compõe-se hoje de nave única, bastante comprida, e cabeceira retangular, definida por dois tramos abobadados. A norte, anexa-se a esta pequena sacristia que comunica diretamente com a cabeceira. Do mesmo lado, delimitando o seu primeiro terço, adossa-se torre sineira quadrangular. A julgar pela sua implantação e atendendo às transformações que a igreja sofreu durante a época moderna e contemporânea, que não só a ampliaram como a prolongaram, podemos questionar se o alinhamento original da fachada românica fosse coincidente com o da torre. Uma análise do aparelho do alçado norte confirma a hipótese do avanço da fachada principal e consequente prolongamento da nave. Também esta realidade é corroborada do lado sul. Apesar

Abside. Contraforte e cachorrada no alçado sul



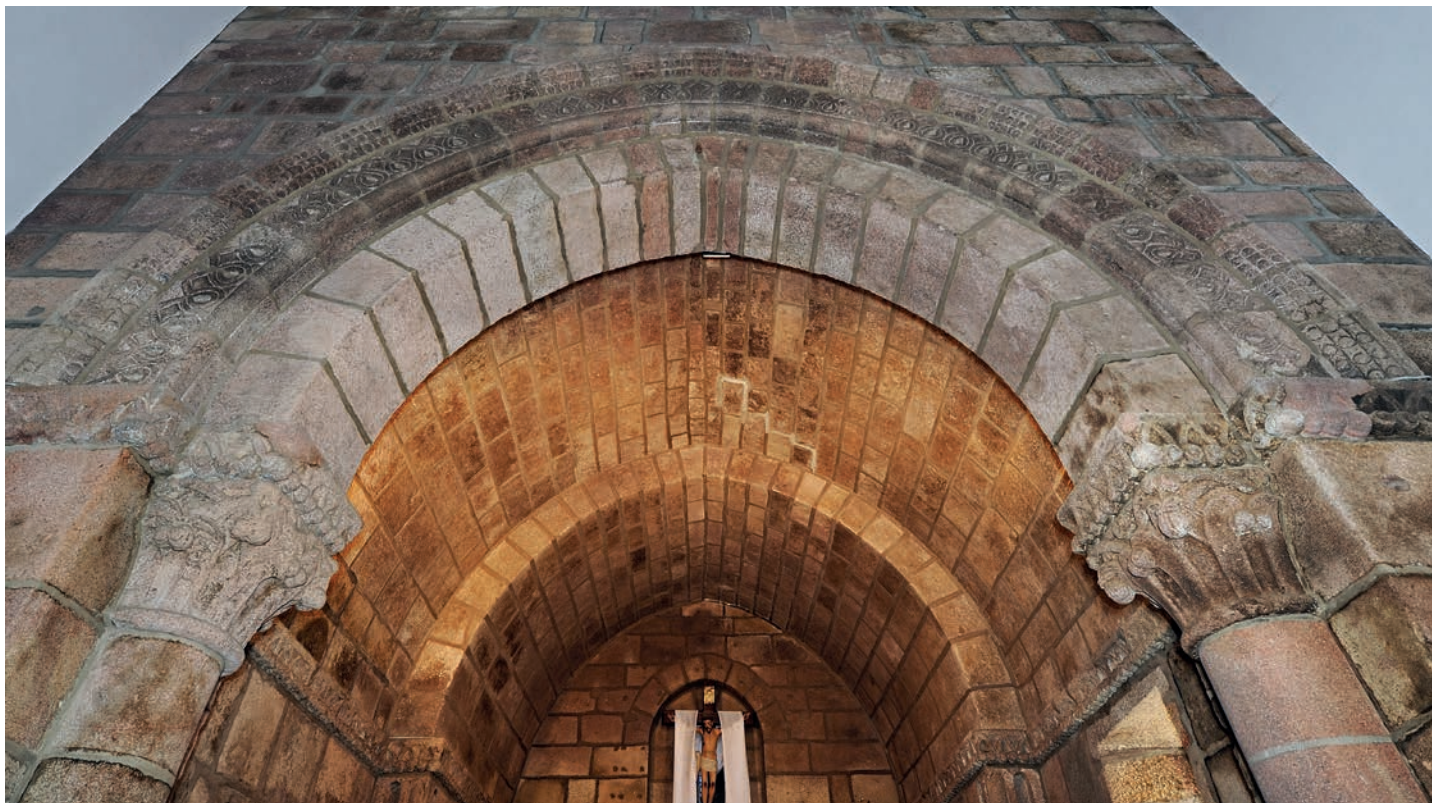


Exterior. Pia batismal

do avivamento das juntas, que se vê por toda a igreja, identificamos no paramento norte da nave a presença de silhares de diferente talhe e matiz, cuja transição parece ser denunciada por uma cicatriz que se forma junto ao grande janelão retangular, fruto da remodelação da igreja realizada durante o século XVIII. Maria Leonor Botelho e Nuno Resende confirmaram a escassez de dados relativos à nave românica de Fervença e às posteriores adaptações que possa ter recebido. O aparelho da cabeceira e da nave é, portanto, pseudo-isódomo, muito embora denuncie diferentes momentos construtivos.

É na cabeceira que se conservam os mais significantes vestígios românicos remanescentes. Bem ao gosto românico, a parede fundeira da abside, rasgada por uma estreita fresta, é formada por silhares que, apesar das diferentes dimensões, formam fiadas bastante regulares. A cruz terminal da empena é vazada, conjugando a cruz patada com motivos circulares. Nos alçados laterais, dois contrafortes marcam os limites dos tramos e denunciam a existência da abóbada de berço, ligeiramente quebrada. As cornijas são sustentadas por cachorros esculturados, cuja decoração tem uma acentuada tónica geométrica, e entre os quais destacamos um pipo, o motivo dos rolos ou uma composição feita com volutas. Tendo em conta os motivos ornamentais desta cabeceira e a afirmada quebra da sua

Interior. Arco triunfal





*Interior.
Perspetiva da abside*

abóbada, Carlos Alberto Ferreira de Almeida propôs a sua cronologia no segundo quartel do século XIII. A fenestração da cabeceira, composta por amplos vãos retangulares gradeados, resulta da transformação do século XVIII.

A nave assume-se de difícil enquadramento cronológico. Além das cicatrizes identificadas ao nível do apare-

lho, a cornija é lisa. O portal norte, apesar de configurar uma volta perfeita, surge rasgado na espessura do próprio muro sem que, contudo, não tenha sido definida qualquer arquivolta. O portal sul é mais elaborado. Mais profundo, é marcado pela presença de uma arquivolta lisa apoiada na espessura do próprio muro.

A fachada oeste resulta de uma intervenção contemporânea. A cruz da empena tem um sabor românico, sendo patada. No exterior, junto da entrada da igreja, encontra-se a pia batismal românica, cuja taça tem um desenho poligonal.

No interior, a cabeceira apresenta-se em granito aparente, contrastando com a linguagem mais contemporânea da nave. Esta, reveste-se de estuque. A ocultação dos silhares não permite analisar aqui as várias transformações por ela sofridas. O estreitamento da nave na área mais próxima do arco triunfal e a presença de granito no intradorso dos vãos retangulares poderão indicar que, pelo menos nesta parte do templo se aproveitou uma estrutura anterior. O tramo terminal é mais estreito que o primeiro. No pé direito do resalto vemos caneluras. No interior de toda a abside corre um friso com o motivo de influência bracarense, o tema das palmetas. Continuando pelas próprias impostas do arco triunfal, prolonga-se pela parede fundeira da nave e, talvez, continuaria pelos alçados laterais da mesma.

O arco triunfal destaca-se pela sua qualidade. Compõe-se por duas arquivoltas, ligeiramente quebradas, a interna, lisa e formada por aduelas bem facetadas, assente sobre coluna e a exterior sobre os pés-direitos do próprio muro, mostra motivos lanceolados. Um arco envolvente adornado com um conjunto de três toros pontuados por ovas incisadas encerra o conjunto. Os capitéis, cuja escultura

é particularmente túrgida e frondosa, são compostos por motivos vegetalistas e fitomórficos. Carlos Alberto Ferreira de Almeida viu neles uma influência da escola românica que se desenvolveu na margem esquerda do rio Minho e que encontra a sua origem no estaleiro da sé de Tui.

Pela sua qualidade estrutural e plástica, os elementos românicos remanescentes em Fervença não só se destacam ao nível da região, comparativamente com edifícios de proximidade, como também permitem antever aquilo que poderá ter sido todo o conjunto monástico e que só se compreende atendendo à sua importância regional e que veio a materializar-se, no século XIV na sua afiliação a Santa Clara de Vila do Conde.

Desde 2010, a igreja paroquial de Fervença integra a Rota do Românico.

Texto: MLB/JL - Fotos: RR

Bibliografia

ADB, A-249-9; ALMEIDA, C.A.F., 1978a, II, p. 218; ALMEIDA, C.A.F., 1986b, p. 102; ALMEIDA, F., 1971, IV, pp. 98 e 107; ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 72v; BOISSELLIER, S., 2012, p. 151; COSTA, A.C., 1706-12, I, p. 147; COSTA, A., 1929-49, VI, pp. 726-728; CRAESBEECK, F.X.S., 1992, I, pp. 357-358; GEPB, 1935-60, VI, p. 229; MEM. PAROQ. 1758 (2003), pp. 244-245; PMH, INQ., pp. 54, 142, 196 e 245 (de 1220) e p. 632 (de 1258); ROSAS, L.M.C. *et alii*, 2014a, pp. 232-242; SIPA.